

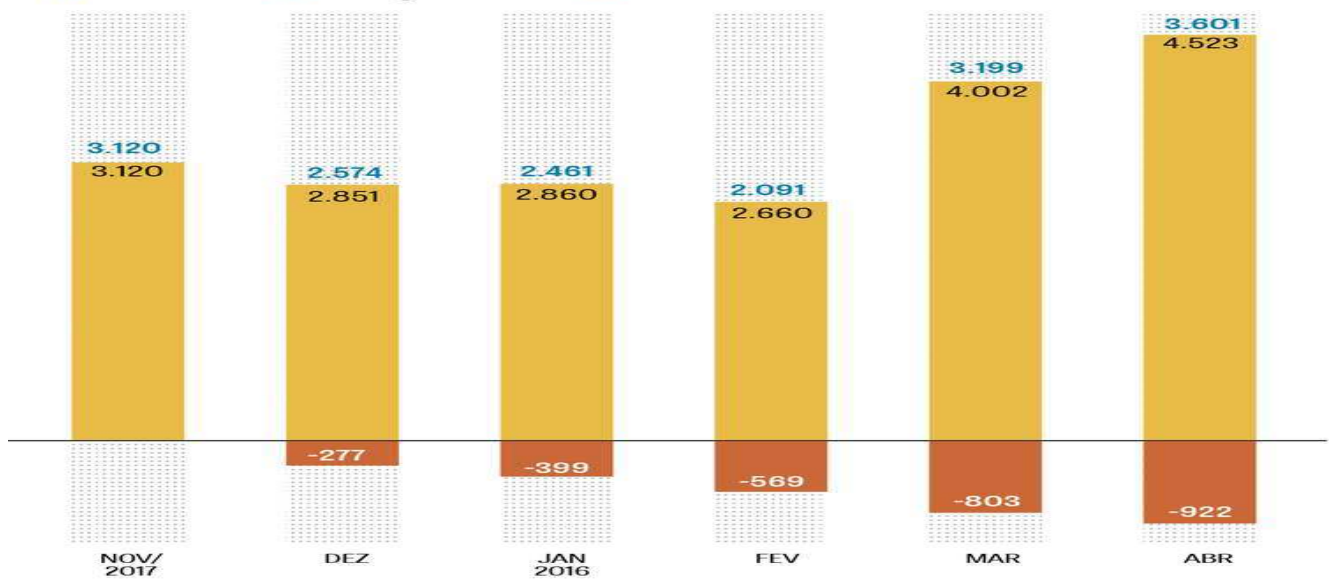
Insegurança jurídica prejudica novas contratações em regime intermitente

De acordo com dados do Caged divulgados na sexta-feira, os estados que mais contrataram pela modalidade de contrato foram: São Paulo (1.062 postos), Minas Gerais (687) e Rio de Janeiro (519)

EXPERIMENTAÇÃO

Dados relativos ao contrato intermitente ▶ Em postos de trabalho

● Admissões ● Desligamentos ● Saldo



FONTE: CAGED

MÔNICA BAPTISTELLA • SÃO PAULO

A Reforma Trabalhista completa seis meses de vigência neste mês de maio. Neste período houve um aumento do número de admissões e demissões pelo modelo de contrato intermitente, mas o novo regime gera dúvidas entre empregadores e empregados. O trabalho intermitente, modalidade criada pela nova lei trabalhista – que vigora desde novembro de 2017 – em que se ganha por hora trabalhada e não há garantia de jornada ou remuneração mínima fixa por mês, uma vez que o empregado recebe benefícios

INFORME

proporcionais ao tempo trabalhado, registrou em abril um saldo de 3.601 postos de trabalho criados.

O número é resultado de 4.523 admissões e de 922 desligamentos no período, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados na última sexta-feira (18) pelo Ministério do Trabalho.

As contratações, porém, ficaram bem abaixo do que o governo esperava, de dois milhões de empregos em 3 anos, ou 55 mil por mês.

Segundo a coordenadora do curso “Reforma Trabalhista: Impactos na Gestão Empresarial” da Faculdade Fipecafi, Gleice Domingues, a insegurança jurídica impede contratações e portanto não contribui para a queda na taxa de desemprego, uma das promessas da reforma.

“Ainda é um momento de transição para a nova legislação, o que acarreta uma retração e um receio na contratação”, explica Gleice.

Além disso, a professora destaca que o novo modelo tem sido visto como negativo por parte da população. “Muitos argumentam que o contrato valoriza a precarização do trabalho, por pagar um salário inferior ao salário mínimo, e que traz incerteza para o empregado, por não saber quando estará trabalhando”, diz.

Outro ponto a considerar, a medida provisória 808 (MP 808) – editada com o objetivo de “ajustar” alguns pontos da reforma – gerou novas dúvidas e instabilidade quando perdeu sua validade no dia 23 do último mês. A medida provisória deixava claro que as mudanças da lei se aplicavam, na integralidade, aos contratos de trabalho vigentes e tratava de pontos polêmicos como contrato intermitente, negociação coletiva, jornada 12x36, contribuição provisória e atividade insalubre por gestantes. Com sua queda, voltaram a valer as regras anteriores, como se a medida nunca tivesse existido.

Para o sócio do Robortella Advogados, Antonio Galvão Peres, o fato de que a medida não poderá mais ser aplicada deverá trazer mais segurança ao empregador. “Quando ela estava vigente muitas empresas optaram por não criar postos pela insegurança de que poderiam haver mais mudanças. Agora há maior clareza, pois há a certeza de que a regra é aplicável, o que favorecerá novas contratações”, diz.

Segundo especialistas, as empresas estão sendo orientadas a aguardarem um parecer do Tribunal Superior do Trabalho (TST). “A Justiça do Trabalho está formando uma comissão de ministros para avaliar a reforma e o que poderá ser considerado aplicável, mas os ministros não estão chegando em um acordo. Eles estão orientando as empresas a

INFORME

fazerem uma análise da legislação para aplicar apenas o que não traria riscos, como o fracionamento das férias” explica a professora Gleice Domingues. “Provavelmente teremos um cenário mais equilibrado dentro de um ano, quando as questões chegarem às instâncias maiores, como o Supremo Tribunal de Justiça (STF)”, diz. “Tem se recomendado o aguardo de uma manifestação ou diretriz do TST até o final de maio, começo de junho”, diz o sócio do Baraldi Mélega Advogados, Danilo Pieri Pereira.

Perfil do trabalhador

De acordo com os dados do Caged, os estados que mais contrataram pela modalidade de contrato intermitente foram São Paulo (1.062 postos), Minas Gerais (687) e Rio de Janeiro (519). Do ponto de vista setorial, o saldo de emprego na modalidade é liderado por Serviços (1.580 postos, 43,9%), Construção Civil (879, 24,4%) e Comércio (564, 15,7%).

As dez principais ocupações, segundo saldo de emprego, foram: atendente de lojas e mercados (313 postos) e servente de obras (202).

O perfil desses trabalhadores também dividiu-se entre empregados com ensino médio (completo/incompleto) (2.664 postos, 74,0%), empregados com até ensino fundamental completo (551 postos, 15,3%) e empregados com ensino superior (completo/incompleto) (386 postos, 10,7%).

Para o advogado sócio do Rocha, Calderon e Advogados Associados, Fabiano Zavarella, esse modelo de contrato pode ser ajustada a um perfil mais específico de trabalhadores. “A jornada intermitente beneficia principalmente aqueles que trabalham em bares, restaurantes, hotéis e também jovens e pessoas que não querem ou não podem se dedicar ao mercado de trabalho em tempo integral”, comenta ao **DCI**.

Grupo de pessoas sem estudo e trabalho soma 48,5 milhões

DA REDAÇÃO • SÃO PAULO

Em 2017, das 48,5 milhões de pessoas com 15 a 29 anos de idade, 23,0% (11,2 milhões) não trabalhavam nem estudavam ou se qualificavam, contra 21,9% em 2016, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado na sexta-feira. De um ano para o outro, esse contingente de pessoas que não trabalham e não estudam cresceu 5,9%, o que equivale a mais 619 mil pessoas. Em 2017, a taxa de escolarização (proporção de estudantes em um grupo etário) das crianças de 0 a 5 anos aumentou em

INFORME

relação a 2016. Na faixa de 6 a 14 anos a universalização já estava alcançada, com 99,2% de pessoas na escola.

Apesar do amplo acesso à escola, a adequação entre a idade e a etapa de ensino frequentada, medida pela taxa ajustada de frequência escolar líquida mostra que o atraso escolar se inicia no ensino fundamental. Em 2017, 95,5% das crianças de 6 a 10 anos estavam nos anos iniciais do fundamental, enquanto 85,6% das pessoas de 11 a 14 anos frequentavam os anos finais.

O atraso e a evasão se acentuam no ensino médio, que idealmente deveria ser cursada por pessoas de 15 a 17 anos. Para essa faixa de idade, a taxa de escolarização foi de 87,2%, porém a taxa ajustada de frequência escolar líquida foi de 68,4%, indicando quase 2 milhões de estudantes atrasados e 1,3 milhão fora da escola.

Entre as pessoas de 18 a 24 anos, a taxa de escolarização foi de 31,7% em 2017, contra 32,8% em 2016. Nesse período, a taxa recuou entre as mulheres (de 34,1% para 32,6%) e as pessoas de cor preta ou parda (de 29,4% para 28,4%).

Queda do analfabetismo

A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi 7% em 2017, ante 7,2% em 2016, mas se manteve acima da meta intermediária do PNE, de 6,5% em 2015. As regiões Centro-Oeste (5,2%), Sudeste e Sul (ambas com 3,5%) já estavam abaixo da meta nacional, mas o Nordeste (14,5%) e o Norte (8,0%), não.

Em 2017, para as pessoas com 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo foi 19,3%, contra 20,4% em 2016. Essa taxa caiu em todas as regiões, exceto o Sul. A taxa de analfabetismo dos idosos no Nordeste (38,6%) era quase quatro vezes a do Sudeste (10,6%).

Cerca de 25,1 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade, que não alcançaram o ensino superior completo, não estavam estudando ou se qualificando em 2017. De 2016 para 2017, foram 343 mil pessoas a mais nessa situação, um aumento de 1,4%.

Os motivos mais frequentes alegados foram: trabalhava, procurava trabalho ou conseguiu trabalho que iria começar em breve (39,7%); não tinha interesse em estudar (20,1%); e por cuidar dos afazeres domésticos ou pessoas (11,9%).

(Fonte: DCI – 21/05/2018)

Desemprego cresce e já atinge quase um terço dos jovens brasileiros

Índice de desocupação na faixa etária de 18 a 24 anos é quase três vezes maior que entre quem tem 25 a 39 anos; para economista, crise deixará marcas profundas na geração que chegou ao mercado de trabalho quando as vagas de emprego sumiram

Douglas Gavras, O Estado de S.Paulo

Desde o início de 2016, a desocupação entre os brasileiros de 18 a 24 anos não fica abaixo da casa dos 24%. E, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, essa taxa vem até aumentando: passou de 25% no final de 2017 para 28,1% no primeiro trimestre deste ano. Com a recuperação tímida da economia, o desemprego ainda resiste e deixa marcas nos “filhos da crise” – a geração que chegou ao mercado quando as oportunidades de trabalho tinham sumido.

No fim do ano passado, eram 4 milhões os jovens em todo o País que estavam sem uma ocupação. O número de ocupados como informais também cresceu mais entre esses brasileiros do que nas demais faixas etárias nos anos recentes, de acordo com análise da consultoria LCA a partir dos dados da Pnad.

Com pouca experiência, esses jovens muitas vezes foram empurrados para o mercado de trabalho mais cedo, quando o desemprego atingiu os chefes de domicílio. A taxa de desocupação entre os principais responsáveis pela família mais que dobrou entre o quarto trimestre de 2012, primeiro ano da Pnad, e o fim do ano passado, indo de 3,5% para 7,4%, diz o economista Sérgio Firpo, do Insper.

Só na Grande São Paulo, dados do Dieese (que usa metodologia diferente do IBGE) mostram que a taxa de desocupação entre aqueles que têm entre 16 e 24 anos era de 37,4% em março – uma queda em relação ao mesmo mês de 2017, mas 14 pontos percentuais acima do patamar de 2014, antes da recessão.

Gabriel Almeida, de 19 anos, perdeu seu primeiro emprego há um mês. “Trabalhava em um cartório enquanto termino o ensino médio. Era uma chance de juntar um pouco mais de dinheiro para pagar a faculdade de engenharia. Agora, preciso de outro emprego ou vou ter de adiar a faculdade. Sempre estudei em escola pública, mas nem vou tentar entrar em universidade pública. Passar é difícil demais. Não queria ter mais essa frustração.”

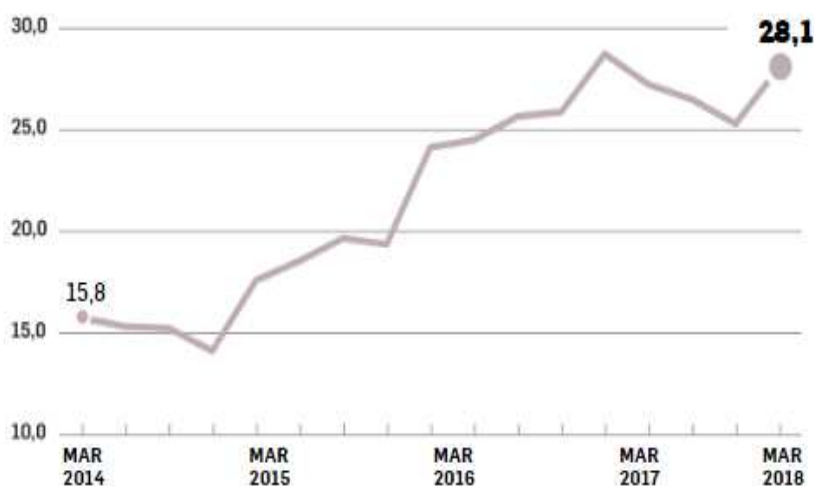
INFORME

Longa Fila

Taxa de desocupação entre os jovens ainda resiste

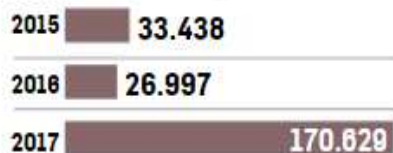
Desemprego entre os brasileiros de 18 a 24 anos

EM PORCENTAGEM POR TRIMESTRE

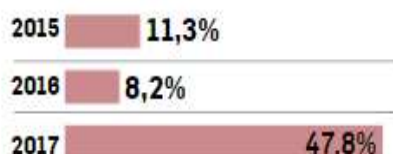


Pessoas, de 19 a 25 anos, que largaram a graduação*

Em número de pessoas



Variação no estoque total



*Faixa etária em que os jovens geralmente cursam a faculdade

ESTADÃO

Fonte: PNAD Contínua (IBGE), com LCA consultores

O desemprego de 28,1% para a faixa etária de 18 a 24 anos registrado no primeiro trimestre é quase três vezes maior do que a dos brasileiros que estavam na faixa etária seguinte, entre 25 e 39 anos. “Mesmo passada a crise e com uma melhora mais expressiva do emprego, esses profissionais terão mais dificuldades. A diferença na renda entre alguém que começou a trabalhar durante um período de recessão e a geração que entrou no mercado em anos de bonança perdura por anos”, diz Firpo.

Para tentar contribuir com o orçamento familiar, os brasileiros mais jovens, muitas vezes também foram obrigados a parar os estudos. Mais de 170 mil dos que tinham idades entre 19 e 25 anos, abandonaram seu curso de graduação entre 2016 e o ano passado. Além de postergar a ascensão social desses jovens pelos estudos, esse processo terá grande impacto no futuro.

INFORME

Crise tirou 170 mil jovens da faculdade

Aumento do desemprego, falta de crédito e queda na renda levaram mais brasileiros de 19 a 25 anos a abandonar graduação em 2017

Douglas Gavras, O Estado de S.Paulo

O aumento expressivo do desemprego entre os jovens durante os anos de crise não preocupa apenas pela queda na renda das famílias. Ele se reflete na formação. Mais de 170 mil brasileiros, com idades de 19 a 25 anos, abandonaram a graduação só no ano passado e tiveram de adiar o sonho de ascender socialmente pelos estudos.

Na fila do seguro-desemprego, Miguel Júnior, de 23 anos, admitia que a faculdade de Engenharia ficaria para depois. Filho de uma empregada doméstica, ele dependia do emprego em um centro de distribuição de medicamentos para pagar os estudos, mas o corte de funcionários começou há dois meses. “Já escolhi a faculdade, mas preciso fazer uma poupança antes de começar o curso. O que mais tenho são amigos que tiveram de parar a faculdade na metade, quando a crise apertou.”

A desistência não cresce apenas em anos de crise, mas esse movimento havia sido bem menor em anos anteriores, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, compilados pela consultoria LCA. A média do aumento do estoque de estudantes que tiveram de abandonar seus cursos de graduação era de cerca de 5% ao ano, entre 2013 e 2016. Essa evasão aumentou 47,8% entre 2016 e o ano passado, acompanhando o movimento de fechamento dos postos de trabalho e a redução da oferta de financiamento estudantil. “Isso também tem a ver com o aumento da oferta do ensino superior e com o maior acesso às universidades nos anos anteriores à crise. A evasão é naturalmente grande, mas em 2017 foi pior pelas restrições de emprego e de renda”, avalia o economista Cosmo Donato, da LCA.

“O aumento da evasão faz todo o sentido, também pela redução da oferta do Fies (programa de financiamento estudantil) nesse período. O que a gente chama de restrição de crédito para os estudantes foi muito grande nos anos de crise, sem financiamento e, vendo a renda da família diminuir, o jovem acaba não tendo uma outra saída.” Com a erosão das contas públicas, o governo também restringiu o acesso ao Fies. Em 2017, foram 98,9 mil contratos. Esse número tem caído desde 2014, quando foram 732,7 mil.

Intervalo. Um outro agravante é que muitos chefes de família perderam o emprego durante a crise – quase 2 milhões deles deixaram o mercado formal em três anos. Os mais jovens não tinham os estudos necessariamente pagos pelos pais, mas muitos deles foram forçados a entrar no mercado de trabalho mais cedo para ajudar no orçamento da família.

INFORME

O professor do Insper Sergio Firpo lembra que os números da Pnad apontam que os filhos com escolaridade baixa têm participação maior no mercado de trabalho, e que a desocupação cresceu mais durante a crise entre os chefes de família que têm baixa ou média escolaridade. “Os jovens de famílias com pais de baixa escolaridade tiveram chances maiores de serem afetados pela crise, porque são mais facilmente empurrados para o mercado de trabalho do que os adolescentes de famílias mais ricas”, diz Firpo.

Justamente na faixa entre 19 e 25 anos, que costuma ser composta por uma mão de obra pouca qualificada, mesmo a volta ao mercado de trabalho é mais complicada, diz Donato. “Um chefe de família pode voltar a ter carteira assinada, ganhando menos. O jovem tende a voltar com renda menor e, na maioria das vezes, informal.” O rendimento real entre esses brasileiros quase não variou de 2016 a 2017, segundo a LCA, com aumento de 0,1% – enquanto nas faixas etárias mais velhas, a alta foi de 1,1% a 4,7%.

Momento difícil. O sonho de Walas dos Reis, de 29 anos, de abrir uma empresa para administrar e assessorar a carreira de cantores está, por enquanto, adiado. Em 2015, no auge da crise, ele, que nas horas vagas também canta, toca violão e faz uma dupla sertaneja com o irmão, teve de largar a faculdade de administração em Vitória (ES), porque ficou desempregado. “Fiquei sem condições de pagar o curso.” Ele trabalhava como segurança e ganhava R\$ 1.750. Gastava mais da metade com a faculdade.

Sem opção, ele e o irmão, que também abandonou a faculdade, embarcaram para São Paulo em fevereiro de 2017. A expectativa da mudança de cidade era arranjar um emprego na área de administração e impulsionar a carreira artística da dupla sertaneja Wallas e William.

Mas não foi bem isso que conseguiu. “Coloquei currículos em várias empresas, mas eles disseram que, como não concluí o curso, não tenho como trabalhar na área.” Na carreira artística, o recomeço em São Paulo também foi difícil.

Nos últimos meses, ele se empregou como faxineiro num prédio, ganhando R\$ 1.300. Alguns shows começaram a aparecer. Reis diz que não tem vergonha de trabalhar como faxineiro para sobreviver. “O Brasil está num momento difícil para os jovens que não têm uma condição financeira.”

Situação piorando. Pouco antes de completar 20 anos, em dezembro do ano passado, Mauro Turpin optou por trancar o curso de publicidade e propaganda para reforçar a equipe da empresa dos próprios pais. “Eles não exigiram, mas eu via que a situação estava ficando cada vez pior. Queria ajudar nas contas.”

INFORME

Inicialmente, os dois anos de estudo de Mauro iriam servir para estruturar uma nova estratégia de marketing da empresa, composta por uma fábrica de bijuterias e uma loja. Entretanto, com o corte de funcionários, em poucos dias o estudante passou a ser o “faz-tudo” da loja, transitando pela função de vendedor e idas ao cartório.

A parceria começou a se desgastar: “O trabalho não estava sendo o que eu queria”. Após três meses longe das salas de aula e sem experiência prévia no mercado, Mauro tentou procurar estágios na área, mas descobriu que antes precisava voltar para a faculdade. “Por sorte, os pais de uma amiga têm uma agência de publicidade, e ela me indicou para uma vaga.”

A vaga não é com carteira assinada – ele mesmo ainda não tirou o documento – e trabalha oito horas diárias, ganhando pouco mais de R\$ 1 mil. O jovem pretende retornar aos estudos no segundo semestre de 2018. Apesar de não ser registrado, ele valoriza a vaga. “Uma coisa que nunca gostei é de depender dos meus pais. É bom ter controle da minha vida.”

Sonhos distantes. A pior parte de deixar o emprego de jóquei e tratador de cavalos foi se despedir dos animais. “Eu tinha o emprego que eu pedi a Deus”, lembra Genilson da Silva, de 25 anos, demitido do Jóquei Clube de São Paulo. Ele lembra que sempre, desde pequeno, tinha o sonho de cuidar de animais. A baixa estatura e peso o ajudaram a se qualificar para a profissão. “Pensei em ser veterinário ou trabalhar em um haras. Crio um cavalo em casa, o Faísca. Ele hoje é uma das minhas principais fontes de renda. Depois dele, ainda arranjei mais quatro.”

Genilson, que aprendeu a montar aos dez anos, só se arrepende de ter deixado os estudos de lado. “O meu sonho atual é terminar o ensino médio. Com estudo já é difícil arrumar um emprego, imagina na minha situação.” Sem trabalho fixo, Genilson tira parte da renda alugando os cavalos para eventos, como aniversários e desfiles, além de oferecer passeios de charrete. O custo de manutenção é de R\$ 250 por mês, além do aluguel.

Com o orçamento curto, ele decidiu tentar a vaga que aparecer. “Apesar de ainda sonhar com outro emprego em que possa cuidar de bichos”, conta, ao se candidatar a limpador de vidros de edifícios. “Sonhar longe, a gente sempre sonha. Mas parece que até os sonhos ficaram mais distantes agora.” /**COLABORARAM MÁRCIA DE CHIARA E CARLA BRIDI, ESPECIAL PARA O ESTADO**

(Fonte: Estado SP – 21/05/2018)